

ARTIGO

ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO 1964-2014: O GOLPE ONTEM E HOJE

BETWEEN MEMORY AND FORGETFULNESS 1964-2014: THE COUP YESTERDAY AND TODAY

LUIZ ANTONIO DIAS*
RAFAEL LOPES SOUSA**

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apontar, discutir e problematizar a recepção de dois grandes jornais paulistanos – Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo - ao golpe civil militar de 1964. Analisamos editoriais e matérias vinculadas ao novo cenário político com ênfase no mês de abril de 1964. Tratamos também da “comemoração” ou “rememoração” trazidas à tona nas efemérides de 2014. Apontamos finalmente como as retratações apresentadas pelos dois jornais estão carregadas de subterfúgios que visam justificar o apoio desses jornais ao golpe que derrubou o presidente João Goulart. Ora apresentando a legitimidade desses eventos, ora defendendo sua legalidade.

PALAVRAS-CHAVE: História. Memória. Ditadura Militar.

ABSTRACT

This paper aims discuss and problematize the reception of two important São Paulo's newspaper - Folha de S. Paulo and O Estado de São Paulo - the civil military coup in 1964. Editorials analyzed and linked to the new political developments materials with emphasis in April 1964 also treat the "celebration" or "remembrance" brought out in 2014. Finally point out as the disclaimers made by two newspapers are full of subterfuge that aimed justifying the support of these newspapers to the coup that overthrew President João Goulart. Nevertheless presenting the legitimacy of these events, defending its legality.

KEYWORDS: History. Memory. Military Dictatorship.

Com o início dos processos de redemocratização da sociedade brasileira ao longo da década de 1980, a temática dos Direitos Humanos e os debates sobre memória e esquecimento foram impulsionados nos meios acadêmicos e ato contínuo viraram demanda da agenda sociopolítica para a busca daquilo que Boaventura de Sousa Santos chamou de “projeto civilizatório da modernidade”.¹ Os defensores dessa causa sofreram muitas críticas e conviveram com a resoluta indiferença dos vencedores para com a memória coletiva dos vencidos. Talvez por isso, nunca houve “monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”.² Cabe, todavia, aos historiadores proceder à ruptura daquilo que Benjamin³ chamou de *continuum* da história e assim ressignificar o passado, a fim de trazer para o presente o que ficou convenientemente esquecido pelos tratados da história oficial.

Situação que nos faz lembrar as observações feitas pelos Annales, principalmente pelos representantes de sua Terceira Geração, sobre os cuidados que os historiadores deveriam tomar sobre o relativismo de sua ciência e, por via de consequência, das dificuldades de apreender o passado em sua complexa e múltipla totalidade.

Esse caráter singular de uma ciência que possui apenas um termo para seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida, fabricada, obriga os historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina.⁴

Assim, a legitimidade do historiador para inventariar o passado, num momento em que o acesso aos documentos deixou de ser privilégio de seu ofício, para ser transferido a incontáveis grupos de “saber” e “interesses” – que buscam construir ou fabricar uma versão oficial da história, a fim de convalidar no presente as atitudes contraditórias e muitas vezes suspeitas do passado – precisa ser retomada e novamente valorizada em suas bases epistemológicas, sob risco de vermos a história

ser editada e reeditada em torno apenas de sua já conhecida e “infantil” obsessão pelas origens.

Essas armadilhas foram, todavia, superadas pelos historiadores contemporâneos que após as contribuições dos *Annales* abandonam, insistimos, as obsessões pelas origens para buscar nos eventos “os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna”.⁵ É aí, precisamente aí, que residem as principais diferenças metodológicas e epistemológicas entre a escrita da história e a escrita jornalística. Em outras palavras, enquanto o historiador busca os motivos ocultos e a ordem interna de um determinado acontecimento, o jornalista preocupa-se fundamentalmente em imprimir novos significados ao passado, a fim de convalidar no presente os interesses da sua corporação. “De início e maciçamente, é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento.”⁶

Assim, e por mais que busque ser a consciência coletiva de seu tempo, a narrativa jornalística não consegue se desvencilhar da história vivida e acaba por reproduzir uma história que carrega prioritariamente os sentimentos, desejos e interesses da linha editorial do jornal. A forma como os jornais *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* noticiaram o golpe de estado responsável pela implantação da ditadura civil-militar em 1964 é, neste sentido, um caso exemplar do que aqui estamos argumentando. Para compreender essas mudanças é necessário inventariar o percurso dessas instituições empresariais na sociedade brasileira.

O grupo *Folhas* começou a ser gestado em 1921. Desde sua fundação até o início da década de 1930, todos os jornais que pertenciam a essa estrutura empresarial tiveram a sua orientação editorial voltada,

quase que integralmente, para atender as demandas locais, sobretudo aquelas relacionadas às decisões tomadas pela administração do município. Nessa época, um dos principais objetivos do jornal era conquistar um “fiel” público leitor. Essa estratégia apresentava-se doravante como decisiva para a sobrevivência do jornal, uma vez que 80% da população da época era analfabeta. Investir, pois, para atender as demandas de uma crescente classe média que emergia de forma mais consistente nos grandes centros urbanos do país parecia, então, a decisão mais acertada.

Em outra frente de atuação, o grupo investia para conquistar o segmento popular que o jornal o Estado de São Paulo, notadamente mais elitizado, não conseguia atingir. Ao oferecer uma versão mais popular dos acontecimentos, o grupo Folhas ampliava o leque de público leitor, estratégia decisiva para a sobrevivência do jornal à época. Esse percurso foi, todavia, interrompido em 1931 quando o jornal, após sofrer uma intervenção federal, passou para as mãos de Octaviano Alves de Lima, um indivíduo com fortes ligações com os cafeicultores, mas que, diferentemente de seus pares, isto é, os barões do café, havia apoiado o movimento de 1930. A partir daí o jornal abandonou temporariamente as suas preocupações com as causas urbanas e voltou suas atenções para as demandas rurais, legando a um segundo plano os serviços e apoio que oferecia à classe média urbana.

A terceira fase da história do jornal coincide com a redemocratização do país, em 1945. Essa fase, que se estende até 1962, ficou marcada pela visão empresarial que o jornal logrou construir com a chegada de José Nabantino Ramos, novo controlador acionário do grupo. Em agosto de 1962 o jornal passou à responsabilidade de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Nesta mesma década os três jornais do grupo Folhas – Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da

Noite – transformaram-se em um único jornal, conhecido agora como Folha de S. Paulo, com três edições diárias.

O jornal O Estado de S. Paulo- fundado em 1875, como Província de S. Paulo – nasceu norteado pelos princípios e projetos do pensamento liberal. Talvez por isso, trazia já em seu nascedouro uma visão mais elitizada da sociedade que ficava evidenciado na aberta e sistemática crítica que fazia aos movimentos sociais, nem tanto contra a pertinência de suas causas, mas, sobretudo, pela forma de atuação de seus membros.

É interessante notar que esse liberalismo nem sempre foi praticado com a mesma desenvoltura pelo jornal. Suas convicções liberais ficaram, por exemplo, muitas vezes represadas nos estreitos limites da Redação. As intervenções militares na vida política do país, por exemplo, raramente receberam críticas abertas do jornal. Na década de 1930, O Estado de S. Paulo apoiou por diversas vezes medidas intervencionistas do governo provisório. A fim de justificar essa insolúvel contradição, ou seja, as intervenções do Estado na economia, alegavam que a indústria brasileira não tinha força nem a tradição requerida para competir no mercado internacional. Assim, somente o Estado com sua visão estratégica poderia trazer visibilidade e confiabilidade para os produtos da indústria brasileira. A esse respeito, Capelato comenta:

(...) os industriais aderiram à nova forma de intervencionismo do Estado, tonando-se opositores do liberalismo econômico. O jornal *OESP* considerou legítima e justa a ajuda aos industriais e sugeriu ao governo brasileiro que abrisse possibilidades de colocação dos produtos brasileiros no mercado internacional.⁷

Também no plano político, o jornal conviveu muito bem com o forte controle que a política do Estado getulista passou a exercer na vida das pessoas a partir de 1935. “Quando foi decretada a Lei de Segurança Nacional (1935), o *OESP* considerou-a branda (...) no combate ao

banditismo (comunismo) brasileiro, tudo deveria ser sacrificado”.⁸ Apesar de toda essa subserviência aos “donos do poder” o fato é que, no início de 1940, O Estado de S. Paulo sofreu uma intervenção do Estado Novo e Júlio de Mesquita Filho só conseguiu recuperar o controle de seu diário em dezembro de 1945.

Apesar de representar públicos diferentes e por isso mesmo apresentar algumas distinções pontuais acerca da missão jornalística, o fato é que, em linhas gerais, os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo estavam de acordo em unir forças para combater o inimigo comum da sociedade brasileira, que na visão desses periódicos, era o comunismo e o populismo, tratados como sinônimo de “getulismo”, e “janguismo”.

No decurso dos acontecimentos pós 1964 e com a conseqüente consolidação dos militares no poder, os principais veículos de comunicação do país não mantiveram uma postura homogênea sobre o novo cenário político. Alguns deles seguiram caminhos distintos, principalmente a partir da edição do Ato Institucional nº5 (AI-5). No caso dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo essa situação não foi diferente, com o endurecimento do regime o apoio e a defesa da legitimidade e da legalidade diminuíram, a censura ou autocensura passou a influenciar os editoriais e outras matérias do jornalismo. Outro traço marcante que orientou a participação desses periódicos com os eventos de 1964 foi o colaboracionismo⁹ como moeda de troca, isto é, privilégios e vantagens empresariais adquiridas ao longo de todo o período.

Essa situação sofreu alterações com o processo de redemocratização. Nessa nova conjuntura muitos veículos de comunicação que apoiaram o golpe apressaram-se em construir e vender uma imagem de incondicionais defensores da democracia. Criando, com essa atitude, a falsa, porém conveniente impressão de que, ao longo de

todo o período ditatorial, essa posição da imprensa foi homogênea e constante. Sobre essa discussão o depoimento de Mino Carta, que foi diretor de Redação da revista *Veja*, é esclarecedor e ajuda-nos a entender como os meios de comunicação, com a inarredável presença da luta pela redemocratização do país, tentaram reescrever a história com a tinta do oportunismo e da vaidade. Diz ele: “(...) Roberto Civita (...) entregou minha cabeça ao então Ministro da Justiça Armando Falcão e hoje se apresenta (...) como um resistente dos anos de chumbo. Mais um pouco e sustentará ter sido torturado”.¹⁰

Refletir, pois, sobre a atuação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* na implantação da ditadura militar e, principalmente, discutir como esses periódicos apresentam na atualidade as suas convicções sobre esse dramático acontecimento da história brasileira é tarefa de relevo para os historiadores que pesquisam o período. Trata-se, pois, de contraponto necessário à disposição que esses dois veículos de comunicação apresentam, passados cinquenta anos do golpe civil militar de 1964, em reescrever sua história e recriar uma memória de atuação democrática, ora justificando, ora minimizando seus atos.

Essa conduta leva, conseqüentemente, a outra conclusão: se é possível reconstruir as ruínas do passado, utilizando-se de uma metodologia seletiva, então é possível também forjar uma história insuspeita que confira credibilidade para os serviços desses periódicos, de tal sorte que sua vida pregressa fica “esquecida” e uma nova memória é construída com o propósito de valorizar a sua atuação no tempo presente. Sobre esses abusos cometidos seletivamente pela memória, Ricoeur oferece-nos a seguinte definição.

Por que os abusos da memória são de saída, abusos do esquecimento? (...) por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo.¹¹

Assim, ao trazer à tona uma reflexão sobre os eventos do passado, o narrador precisa ser criterioso com o uso de suas fontes e não se deixar trair pelas armadilhas do tempo presente que buscam suprimir detalhes, alterar ênfases e recriar o passado em estruturas infalíveis que servirão de apoio apenas para o uso abusivo e seletivo da memória.

Ao assumir a defesa do governo militar, em 1964, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo fizeram ecoar o pensamento de variados setores da imprensa. Para esses setores, a defesa da “Revolução Gloriosa” era o caminho mais seguro para reencontrar a paz social e garantir os direitos básicos do cidadão ameaçados, naquele contexto, pela perigosa presença comunista no território brasileiro. Estimulado por essa paranoia, o jornal Folha de S. Paulo afirmava em editorial, intitulado “Em defesa da Lei”:

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra (...). Ninguém por certo desejou tal situação, excluídos certamente os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for. Esses elementos, infelizmente, vêm agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do governo.¹²

A sequência do editorial reforçava os argumentos de que o presidente deposto, João Goulart, governava em conluio com os comunistas e, o que era mais grave, violava constantemente a Constituição com tentativas inaceitáveis de subordinar o Congresso aos interesses da ideologia comunista. Para fermentar ainda mais a situação, ocorriam as greves que contavam com a “simpatia” do presidente, paralisavam o país e provocavam uma aguda crise econômica. Motivado por essa conjuntura adversa, o editorial não economizava argumentos para convencer a população de que o golpe militar, antes de ser uma

“rebelião contra a lei”, era um ato de patriótica coragem dos militares em defesa da ordem:

Depois de lentamente tentar corromper o cerne das Forças Armadas mediante a conhecida pregação falsamente reformista, surgia o golpe que deveria prenunciar o fim da legalidade democrática: o assalto à própria organização das Forças Armadas. E estas, em vários pontos do país, chefiadas por alguns de seus chefes de maior respeitabilidade, se levantaram em defesa das instituições ameaçadas. São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (...). Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz a qual tanto aspirava o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei.¹³

Pode-se dizer, então, que a Folha de S. Paulo, com o posicionamento assumido em sua linha editorial, ajudou a construir um discurso de legalidade à deposição do presidente João Goulart. De tal sorte que, nas páginas desse periódico, o “golpe”, tornava-se uma ação revolucionária para salvar o país das mãos dos comunistas.

O regime político que irrompeu a partir de 1964 se debateu, desde seus primeiros momentos, para atestar a legitimidade de seu poder de mando e decisão. Para isso, ele lidou com dois desafios. O primeiro foi construir os elementos que viessem a certificar, de imediato, que aquele movimento era legítimo. O segundo se caracterizou pelo empenho do grupo de poder em dar continuidade ao processo de construção da legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais.¹⁴

O jornal o Estado de S. Paulo, por sua vez, apresentou de forma ainda mais intensa as suas convicções. Para esse periódico 1964 – e não 1945 - marcava o “fim da ditadura no Brasil”. Essas convicções foram explicitadas, mais uma vez, em 2 de abril de 1964 em editorial intitulado “O significado maior de uma vitória”, no qual o jornal oferecia suas

explicações para os acontecimentos que precipitaram o golpe militar de 1964.

A grande vitória de ontem, conduzida pela mão segura do general Amaury Kruel, a frente do II Exército, vem como era inevitável, sendo interpretada das mais diversas maneiras. Para os que tendem a encaram os acontecimentos pelo seu lado superficial, ela surge como o epílogo dos fatos que tiveram início na semana santa. Na realidade, porem o significado do primeiro de abril é muito mais profundo e complexo. Antes de mais nada, um triunfo alcançado está a dizermos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sobre cujas as estruturas a Nação vegetava.¹⁵

Temos aqui uma maneira peculiar de exercício do tão propalado liberalismo do jornal O Estado de São Paulo. Como podemos depreender, um liberalismo de conveniência que atende tão somente aos interesses de quem está no poder conferindo, assim, legalidade e legitimidade ao movimento militar, com o sempre insuspeito argumento de que tais medidas eram necessárias para garantir a manutenção do regime democrático, constantemente ameaçado pelo Governo João Goulart.

O primeiro Ato Institucional, em 09 de abril de 1964, também foi, relativamente, bem recebido pelos referidos jornais. Para a Folha de S. Paulo,¹⁶ apesar de causar certa apreensão, as medidas de exceção “(...) haverão de manter-se dentro do estritamente necessário à consolidação do processo democrático”. No mesmo texto verificamos expressões que contribuem para legitimar, tanto a derrubada de João Goulart, como a instauração do Ato Institucional. O jornal está convicto de que os militares são “sensíveis, mais do que os civis, aos problemas da segurança nacional muito ameaçada pela comunicação do país”. Afirmam, assim, que os nobres princípios que levaram os militares a adotar medidas tão extremas não podiam jamais ser colocados em

dúvidas, uma vez que “(...) nem outra coisa se poderia imaginar de homens que pegaram em armas para a defesa da democracia”.

O jornal O Estado de S. Paulo, apesar de concordar com a intervenção militar e elogiar seus signatários mostra, todavia, uma ponta de preocupação com o artigo terceiro do referido documento,¹⁷ pois para esse periódico:

(...) nesse ponto, nos causou certa apreensão o documento. Sempre fomos intransigentemente contrários às tentativas feitas pelo caudilho deposto, e não atinamos com as razões que terão levado os redatores do Ato a incluírem nele essa faculdade (...) Todo o projeto de emenda à Constituição de 1946 é um risco que as nossas instituições correm. E não fosse a certeza absoluta em que estamos de que o nome a sair vitorioso das eleições desta tarde é o do general Humberto Castelo Branco, sentir-nos-íamos neste instante ameaçados no que temos de mais caro na democracia brasileira.¹⁸

O que tranquilizava o jornal nesse momento de incerteza institucional era a sua inabalável confiança na vitória do “seu candidato” predileto. É importante destacar, todavia, que nos dias que antecedem a intervenção militar e a posse de Castelo Branco, a compreensão desse periódico sobre a saúde política do Brasil era diferente. Seu diagnóstico era que a sociedade brasileira estava mergulhada em uma profunda crise de representação que comprometia perigosamente as relações sociais. Crise que abria espaço para que oportunistas de ocasião se aproveitassem da situação. Para combater essa “fragilidade”, o jornal iniciou em 4 de abril de 1964 uma campanha editorial, que tinha como propósito unir os verdadeiros democratas da nação contra as “velhas raposas” que tentavam retomar o poder. Outro ponto defendido, com igual entusiasmo nesses editoriais foi a defesa de Castelo Branco como presidente para os cinco anos subsequentes, pois ele era o representante que mais havia encarnado o espírito revolucionário do movimento militar.

O primeiro editorial que seguia essa linha saiu em 4 de abril de 1964 e tinha como título “Solução revolucionária”.¹⁹ Esse editorial, conforme relatamos anteriormente, orientava a população a se unir-se contra os inimigos da nação, identificados como as “velhas raposas” da política que queriam retomar o controle do país. No dia seguinte a população brasileira era brindada com um novo editorial que defendia os militares. Ele tinha o seguinte título: “Inadmissível usurpação da vitória”.²⁰ Esse editorial expunha em tom dramático as dificuldades enfrentadas na segunda fase da Revolução e, sem meias palavras, afirmava que o “(...) movimento militar assegurou tão estupenda vitória democrática ao povo brasileiro.” Na sequência destaca a necessidade de levar “(...) avante até o fim o desmonte da formidável organização aqui montada para arrastar o Brasil à órbita do Império comunista”. Justamente por essa situação, ainda tão complicada, – e, cada vez mais inflamada pelos ingredientes da Guerra Fria – o jornal continua sua campanha em defesa do governo militar: “Eis porque pleiteamos para um militar, e para um militar perfeitamente integrado no movimento vitorioso, a posição verdadeiramente de sacrifício neste instante, que é a Presidência da República”.

Essa preocupação pautou as discussões do jornal até o dia 10 de abril de 1964, quando, em editorial intitulado “Inimigos da Revolução”,²¹ ousou apresentar fortes críticas aos setores dissidentes que tumultuavam a eleição para a presidência, ao sugerir o nome do Marechal Dutra como alternativa. O jornal tinha por certo que esse marechal havia colaborado com a implantação da ditadura em 1937 não era, portanto, pessoa digna de confiança para comandar a nação. Reforçava, assim, a sua predileção pela candidatura e pela vitória de Castelo Branco.

O projeto de conduzir Castelo Branco ao poder obteve êxito. Sua posse ganhou destaque na primeira página do jornal, com as manchetes: “Castelo Branco assume a Presidência” e “Clima festivo e alegria popular

marcaram posse”.²² Já o editorial, “O Presidente e seu ministério”, está recheado de elogios às sábias escolhas feitas por Castelo para compor o ministério e conclui suas análises oferecendo apoio incondicional ao novo governo.

Em resumo: o sr. Marechal Humberto Castelo Branco inicia a sua delicadíssima missão (...) para pôr a cobro à obra de destruição sistemática a que se entregou, nos seus quase três anos de permanência no Palácio da Alvorada, o pupilo de Getúlio Vargas. E é com a disposição de apoiar vossa exa. em sua ação regeneradora que a opinião publica brasileira se acha mobilizada.²³

Quando Castelo Branco assumiu o poder, a Folha de S. Paulo apressou-se também em fazer um editorial elogioso ao novo mandatário da nação com os seguintes dizeres: “O presidente de Todos”. Para além da bajulação explícita desse editorial, o que se buscava era conferir legitimidade ao novo governo que trazia para todos os brasileiros a esperança de um novo tempo.

A nação ouviu ontem do presidente da República, na solenidade de sua posse, as palavras que desejava ouvir (...). É com satisfação que registramos ter seu discurso de posse reafirmado todas as nossas expectativas e revigorado a nossa esperança de que uma nova fase realmente se descerrou para o Brasil.²⁴

Os editoriais seguem doravante uma linha de apelo emocional sempre convocando os cidadãos de “bem” a engajarem-se na construção desse novo Brasil agora, finalmente, livre da contaminação comunista. O editorial, “O sacrifício necessário”, explicita esse urgente desejo:

Nossas palavras dirigem-se hoje, de maneira muito especial, a todos aqueles que entendem, e com razão, que para a redenção da pátria se torna preciso dar mais do que trabalho de todos os dias e a confiança, geradora de disciplina (...). Dirigem-se aos que se acham dispostos ao

sacrifício de interesses, de bens, **de direitos**, para que a nação ressurja, quanto antes, plenamente democratizada.²⁵

Durante o governo do Presidente João Goulart, qualquer proposta de renovação de seu mandato era duramente criticada como um continuísmo desnecessário pelo jornal Folha de S. Paulo. Mas, no período posterior, quando o mandato do general Presidente Castelo Branco foi prorrogado, o jornal foi mais condescendente. É o que se pode ler no editorial de 18 de julho de 1964: “(...) está em boas mãos a presidência da República e assim a prorrogação do atual mandato presidencial, por si mesma, não pode ser considerada um mal”.²⁶

Neste mesmo editorial a Folha de S. Paulo afirma que “não tem o tabu da intocabilidade da Constituição”. O curioso é que, durante todo o período do Governo João Goulart esse jornal foi um ferrenho defensor da intocabilidade da Constituição. Assim, a cada boato de reforma constitucional, pesados editoriais eram publicados com violentos ataques ao Presidente João Goulart que na visão do jornal, não respeitava a Constituição.

O argumento de que o presidente preparava um golpe foi mobilizado diversas vezes na imprensa, especialmente depois que Goulart solicitou ao congresso a decretação do estado de sítio (outubro de 1963), pedido retirado antes de ir a votação diante da oposição da esquerda e da direita.²⁷

Pode-se dizer, então, que as páginas do jornal Folha de S. Paulo foram utilizadas para alardear as intenções golpistas do presidente João Goulart. O pedido de estado de sítio em 1963 justificava, por assim dizer, o pânico dos setores conservadores. Essa situação tornou-se, todavia, mais evidente após o comício da Central do Brasil – ocorrido na Guanabara em 13 de abril de 1964, quando o presidente voltou a defender as Reformas de Base. A partir dessa data todas as ações do governo Goulart foram colocadas em permanente estado de suspeição,

pelo seguinte motivo: intenção de implantar reformas sociais que só poderiam ser alcançadas com a “violação da constituição”. Foi assim, evocando a defesa da lei, que a Folha de São Paulo, no dia seguinte ao comício da Central do Brasil, conclamava as Forças armadas a resistir às pretensões inconstitucionais do governo. Seu editorial destacava:

O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio Sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança deste tipo, preferirão ficar com o Sr. João Goulart, traindo a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla.²⁸

O editorial explicitava o desejo do jornal de ver concretizada a intervenção militar contra o Governo de João Goulart. Os militares tinham, então, os argumentos requeridos para justificar suas ações como legítimas e necessárias contra um governo que definia suas metas segundo os preceitos da agenda comunista. Diversos depoimentos²⁹ recolhidos com os protagonistas da época deixam entrever essa busca de legitimidade para a ação dos militares. O depoimento do Coronel Alberto da Fontoura é, neste sentido, revelador:

A coisa mais difícil que há (...) é um coronel, um comandante, mesmo um bom comandante, quebrar a legalidade, mesmo que tenha apoio de toda a sua gente, de sua tropa. É difícil. A gente passa a vida inteira pregando a legalidade. Passa a vida inteira falando para o soldado de disciplina, de lealdade, etc., como é que de repente vai-se voltar contra o governo?³⁰

A sequência de seu depoimento é esclarecedor, na medida em que um membro do exército assume ser o legítimo guardião da legalidade e justifica a intervenção militar como uma medida preventiva contra os usurpadores da ordem constitucional: “Nós não fizemos uma revolução.

Nós demos um contragolpe, porque o golpe estava sendo dado por eles (...).”³¹

Os testemunhos da época indicam, então, que a imprensa se comportou como porta-voz da opinião pública e exigiu, assim, a intervenção das Forças Armadas nas instituições públicas do país. Alegavam que apenas a força e a moralidade das Forças Armadas poderiam retomar o controle e dissipar o caos que tomava conta da sociedade.

A diferença entre os dois jornais analisados está apenas no tom e na forma da crítica, - mais direta no caso d’ O Estado de S. Paulo, mais implícita no caso da Folha de S. Paulo - ao governo de João Goulart. Na aclamação do novo governo, porém, o tom estava muito mais afinado. É isto que argumenta Aquino:

(...) acompanhando-se os editoriais de OESP no período que antecede imediatamente ao golpe de 1964, observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart, apontando para as possibilidades de continuísmo presentes atrás de manobras do presidente; conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído. Na sequência, tomando os editoriais que sucedem o movimento armado de derrubada do presidente, nota-se que OESP não somente apoia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional; além de aprovar a escolha do nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para assumir a presidência e de sustentar a tese da necessidade das arbitrariedades cometidas pelo ato institucional n.º 1, editado a 9 de abril de 1964.³²

Assim, por ser mais dinâmica e menos comprometida que seja com as fontes, a escrita midiática da história desempenhou e desempenha um papel de destaque no processo que ofereceu ares de legalidade ao golpe civil-militar de 1964. Foi com essa mesma dinâmica que a escrita midiática revisitou esses acontecimentos em suas efemérides de cinquenta anos. Nessa ocasião anunciou que queria revelar sua verdadeira participação na criação e manutenção da ditadura civil-militar

de 1964 e solicitou um julgamento isento e consciente de seus leitores, pois só assim poderia superar essa etapa mal resolvida de sua história. Ocorre que deste presente hipertrofiado, a escrita midiática a despeito de resgatar o “verdadeiro passado”, acaba por produzir uma versão parcial da história, que atende exclusivamente às suas conveniências de ocasião.

Reescrever o passado, absolver o presente

Em 1984, com a definitiva redemocratização do país, o diretor do jornal O Estado de S. Paulo, Ruy de Mesquita, veio a público fazer *mea culpa* do apoio prestado por sua empresa ao governo militar. Assim, em busca de justificativa com os caminhos seguidos pela “revolução”, afirma que a decepção dele era a mesma dos autênticos revolucionários da “revolução de 1964”. “Quem acabou dominando a revolução, como acontece em todas as revoluções, ao longo da história, não foram os revolucionários autênticos. Que não eram homens capazes de praticar torturas, nem nada disso”.³³

Essa mudança de postura atendia, possivelmente, as conveniências políticas do momento, uma vez que, com o endurecimento do regime, o jornal perde os privilégios que ainda tinha e passa a sofrer intervenções e censura prévia em suas publicações. Assim, ainda que no presente o jornal tenha feito *mea culpa* sobre o apoio que deu aos militares, o fato é que a maneira como agiu no passado – patrocinando inclusive a realização de reuniões conjuntas com os militares para arquitetar a deposição do presidente João Goulart – permanecem, ainda hoje, uma mancha irretocável na história desse jornal. A esse respeito Bausbaum comenta que a deserção dos civis ocorreu somente quando os militares anunciaram que, para cumprir suas metas, precisariam de mais tempo do que aquele inicialmente previsto:

Os revolucionários civis, evidentemente, não gostaram nem aprovaram (a prorrogação do mandato de Castelo), principalmente Carlos Lacerda, que acabava de voltar de uma viagem ao exterior, onde fora com o objetivo de explicar a revolução. ‘O governo, diz ele, está se afastando dos seus ideais revolucionários’. Mas não rompe com ele. É cedo ainda e muita água ainda pode correr até lá.³⁴

Com a instituição da eleição indireta para Presidente da República, as lideranças civis que pretendiam retomar a vida política tiveram de refazer os seus planos.

Assim, quando percebem que seriam gradativamente excluídos da cena política nacional, os golpistas civis adotaram um tom mais crítico sobre os rumos seguidos pelo regime militar. Alguns destes políticos, como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, acabaram inclusive sendo cassados e tiveram seus direitos políticos suspensos: castigo impingido pelo governo que eles haviam apoiado.

A fim de reconstruir a sua credibilidade junto ao público leitor, o jornal *Folha de S. Paulo*, segundo Otávio Frias Filho, tentou durante o regime militar trilhar um caminho de neutralidade e imparcialidade.

Durante os anos 60, e até o começo dos anos 70, a *Folha* – com alguns períodos de exceção – se manteve numa posição bastante fria com vista à política, era um jornal bastante omissivo que, na maior parte do tempo, se limitava a noticiar os fatos e não emitir opiniões.³⁵

Essa imparcialidade deve, contudo, ser questionada, principalmente porque, na prática diária de confecção do jornal, ainda que apenas se narre o fato ocorrido, essa narrativa carrega intrinsecamente o posicionamento ideológico e os interesses econômicos de seus mantenedores.

Sem fazer críticas ao regime (militar), a *Folha* aproveitava as circunstâncias econômicas favoráveis e crescia. Em pouco tempo, o grupo já poderia ser descrito como um pequeno conglomerado

jornalístico. Entre 1965 e 1968, Frias e Caldeira compraram dois jornais – Notícias Populares e Última Hora -, criaram outros dois – Cidade de Santos e Folha da Tarde -, adquiriram parte de uma emissora de televisão – a TV Excelsior -, assumiram a Fundação Cásper Líbero e investiram na mais moderna tecnologia de impressão, o *offset*.³⁶

Na segunda metade da década de 1970, o jornal Folha de S. Paulo intensifica seus esforços para reconstruir a sua imagem de imparcialidade para com a vida política do país. Nesse período, inicia uma sistemática oposição ao governo questionando, sobretudo, a sua legitimidade. Para levar adiante essa tarefa compôs forças com outros segmentos da sociedade civil que também estavam engajados na luta pela redemocratização do país, na defesa dos direitos humanos e da liberdade de imprensa. De acordo com Silva, a partir de meados da década de 1970, a Folha de S. Paulo iniciou a construção de outra imagem que lhe asseguraria credibilidade para a passagem de uma etapa à outra sem que seu nome e sua história fossem comprometidos. Talvez por isso, a Folha de S. Paulo:

(...) passou a ser identificada como um jornal de resistência ao regime autoritário e uma espécie de ‘porta-voz’ da chamada ‘sociedade civil’. A direção da empresa teve a sensibilidade de perceber que o país mudava e apostou num rumo que, o futuro comprovaria, era o que a maior parte dos brasileiros desejava seguir.³⁷

De toda forma, até mesmo essa mudança esteve ligada a questões mais amplas e complexas que a mera “sensibilidade” do jornal com as questões sociopolíticas do país. Em realidade essas mudanças começaram a acontecer, como bem observa Pilagallo, a partir de “incentivos” que o governo Geisel ofereceu ao jornal. De acordo com sua argumentação, ocorreram encontros entre Frias e Golbery, para estabelecer as regras de um novo principio institucional que estava sendo impulsionado pela abertura política. Com essa iniciativa a Folha de S.

Paulo ajudaria a fazer frente contra a linha-dura do governo. Outra contribuição para essa mudança de postura do grupo Folhas foi a estabilidade financeira que ele vivia, como relata-nos Silva:

O novo cenário político não foi o único fator que empurrou a Folha para uma posição mais independente. A essa altura, a empresa desfrutava de uma situação financeira confortável; havia realizado investimentos e saldado dívidas. Além disso, o jornal estava modernizado em termos tecnológicos e comerciais. O passo seguinte, na visão de Frias, seria fazer da Folha uma publicação influente.³⁸

Dando, portanto, sequência na sua bem sucedida tarefa pendular - passando de defensora do regime militar a baluarte da luta contra a ditadura – a Folha de S. Paulo engajou-se de forma intensa e convicta na defesa da abertura política e, posteriormente, teve atuação marcante na Campanha pelas Diretas: “Durante a Campanha das Diretas Já, o jornal se tornou, entre os veículos de imprensa, o principal depositário dos anseios da sociedade civil. (...) Identificada com essa vontade, a Folha capitalizou editorialmente³⁹.” Fechava o ciclo – 1964/1984 – de forma completamente diferente da qual tinha iniciado. Em outras palavras, reescreve o passado, a fim de ser absolvido no presente.

No mesmo sentido, mas de forma diferente, o jornal O Estado de S. Paulo alterou seus rumos, como já apontamos anteriormente. O jornal indicava que manteve suas ideias e sua coerência; os “revolucionários” é que haviam mudado.

Reconstruir a memória para legitimar o passado

Com a proximidade dos cinquenta anos do golpe, a oficialização e autonomia da Comissão Nacional da Verdade para investigar o período, somados aos avanços tecnológicos como, por exemplo, a digitalização dos jornais, verificou-se uma extensa atividade de expiação, uma bem medida expiação que trabalha para revelar novas verdades desse passado

que ainda assombra a memória de muitos de seus protagonistas, mas ainda assim pouco estudado pelas novas gerações. Vivemos um momento de busca das “responsabilidades morais”, como nos alerta Ricoeur:

Trata-se da massa dos atos individuais, pequenos ou grandes, que contribuíram, por sua aquiescência tácita ou expressa, para a culpabilidade criminal dos políticos e para a culpabilidade política dos membros do corpo político. (...) é também nesse nível que as estratégias de desculpação se desenfreiam: elas encontram um reforço nas argúcias de quem quer sempre ter razão. Em parte alguma a honestidade intelectual e a vontade de se ver de modo transparente são mais requeridas do que nesse plano de motivações complexas. Reencontra-se, aqui, a vontade de não saber, o refúgio na cegueira e as táticas do esquecimento semipassivo, semi-ativo (...).⁴⁰

Um dos primeiros veículos de comunicação que resolveu comentar sua atuação nos eventos de 1964 foi o jornal carioca O Globo. Ele se antecipa aos demais e, já em agosto de 2013, apresenta suas explicações à sociedade, como destaca Silva:

Quem primeiro veio a público assumir seu apoio ao golpe de 1964 e à ditadura, foi o jornal “O Globo”, através de editorial intitulado “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”. Publicado ainda em 2013, portanto longe de toda a ebulição midiática que marcou o dia 31 de março de 2014, o jornal da família Marinho referiu-se ao coro bastante ativo nas manifestações de rua que tomaram conta do país em junho de 2013, que denunciava: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. Isso, segundo afirma o editorial, foi a força que o impeliu para assumir publicamente seu apoio, embora essa “tomada de consciência” já fizesse parte dos debates internos das Organizações Globo.(...) Há no editorial do “O Globo” dois pontos que merecem ser destacados: a ideia de ruptura que é posta entre os eventos iniciados em 1964 – e os sujeitos e instituições que fizeram parte do processo – e o tempo presente, como se não houvessem ligações entre esse passado e o presente; e, apesar da culpa assumida, o mesmo discurso que permeou o imaginário golpista - fortemente marcado pela ideia de uma crise instituída que exigia uma solução - é ressuscitado (...).⁴¹

Conforme vimos anteriormente, o *mea culpa* surge como necessidade, uma exigência praticamente que se impôs ao jornal nesse novo momento histórico, em que as pressões sociais, cobrando explicações aos colaboradores do regime militar, tornaram-se diárias e contundentes. Uma importante contribuição que tornou possível revelar passagens ainda obscuras sobre esse período foi trazida à tona ironicamente pelos próprios jornais. Ao modernizar o seu parque de equipamentos promoveram a digitalização praticamente de todo acervo e assim tornou possível que um público muito maior pudesse conhecer e consultar a posição do jornal em 1964. Este é o caso, por exemplo, do jornal O Globo que destaca em um de seus editoriais.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.⁴²

Dividindo responsabilidades e justificando a necessidade da intervenção militar, o jornal legitima hoje o que já havia legitimado em 1964.

Retomando o nosso objeto específico, vejamos agora como os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo apresentaram o *mea culpa* do apoio que deram ao golpe militar de 1964. Para tanto verificaremos alguns de seus editoriais, pois é este o local destinado à opinião e posição dos jornais.

No dia 30 de março de 2014, um domingo, a Folha de S. Paulo publica um editorial intitulado “1964”. Neste texto procura justificar sua participação ou omissão no episódio:

Aquela foi uma era de feroz confronto entre dois modelos de sociedade – o socialismo revolucionário e a economia de mercado. (...) A direita e parte dos liberais **violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo** (...) parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico(...).⁴³

De acordo com as análises desse periódico, foi a direita que violou a ordem e impôs aos brasileiros um governo ilegítimo e entreguista. A estratégia de imputar ao outro a responsabilidade pelos erros e mazelas do passado é conhecidamente eficiente e tem como escopo principal deixar para as notas de rodapé da história a participação dos derrotados nos combates da história. Daí a necessidade do jornal em reafirmar em 2014 que nem todas as críticas à ditadura são justas e fundamentadas. Justifica, assim, a sua posição de simpatia ao movimento militar com a infalível apresentação de dados econômicos e sociais que confirmam o crescimento da economia no período e a consequente melhoria na condição de vida de todas as camadas sociais da nação. Assim, argumentam que – mesmo que de forma desigual – houve melhoras na educação e na saúde públicas que podem ser facilmente constatadas pelos dados “oficiais” do período. Reclamam finalmente que não se pode cobrar “(...) desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro”.

Na cômoda posição em que se encontra hoje, de maior jornal do país, a Folha de São Paulo constrói um discurso sobre os fatos que desencadearam a crise de 1964 e reescreve o passado de maneira seletiva para conseguir a absolvição no tempo presente. Forja, assim, a emergência de uma nova e heroica memória ao destacar que foi um dos principais críticos na segunda fase do regime militar. Reforça, com isso, a construção de uma imagem de intransigente defensor dos direitos

humanos e da tão almejada redemocratização do país. Assim, a legitimidade conferida, pela Folha de S. Paulo para os eventos de 1964 é reconfirmada em 2014.

Nos dias seguintes, o assunto desse editorial continuou pautando os debates no interior do jornal. Portanto, ainda que fora do objetivo desse trabalho de analisar apenas o *mea culpa*, contido nos editoriais, julgamos pertinente destacar o texto em que Ruy Castro faz um balanço da participação dos civis nos eventos de 1964. Em texto intitulado “Civis que conspiraram”,⁴⁴ o autor revela o nome de uma série de civis que também apoiaram o movimento – e posteriormente identificar-se-iam com as lutas democráticas - como Juscelino Kubitschek, Ulysses Guimarães e D. Paulo Evaristo Arns, que “(...) saiu de sua paróquia no dia 31 de março para ir benzer na estrada as tropas do general Mourão.” O texto é finalizado com a seguinte afirmação: “Sim, as pessoas mudam, algumas para melhor”. Como é recorrente na visão dos vencedores da história, o texto não carrega culpa ou constrangimento em afirmar que se pessoas mudam para melhor, os jornais também poderiam mudar, “como de fato mudou”.

Nessa mesma edição, o jornal leva adiante o seu bem planejado lema da pluralidade ao publicar um contundente texto de Vladimir Safatle, intitulado “A ditadura venceu”. Para o autor, nenhum dos responsáveis pelos anos de escuridão, a que foi submetida a sociedade brasileira com o golpe de 1964, tiveram a dignidade de pedir perdão pelos sofrimentos causados aos filhos da nação. “Ninguém, nem nas Forças Armadas nem no setor empresarial que tramou e alimentou o golpe teve a dignidade de pedir à sociedade perdão por um regime que destruiu o país.”⁴⁵

É importante salientar que o perdão requerido por Safatle não carrega o gesto da piedade cristã, contrariamente a isso, ele é um perdão humano, demasiadamente humano de reconhecimento por erros e

indenização das atrocidades cometidas pelos militares e seus colaboradores durante os anos de chumbo. Ocorre que por convicções editoriais, o perdão público nunca foi solicitado por esses periódicos. Assim, o que aparece registrado em suas páginas é sempre o reconhecimento e o elogio do legado positivo desses eventos.

Em meio às dificuldades em obter consenso em torno da história vivida, o jornal adotou uma importante iniciativa de publicar um amplo material para comemorar ou rememorar os eventos de 1964. Esse material traz diversas opiniões e testemunhos de protagonistas e estudiosos do período sistematizados em material infográfico, em que os aspectos “positivos” e “negativos” da ditadura são revelados.⁴⁶

O jornal o Estado de S. Paulo também brindou, no dia 30 de março de 2014, os seus leitores com um caderno especial sobre 1964. Foram vinte páginas contando a história do período e, entre outros, destacou a atuação do jornal no episódio. O texto de José Maria Mayrink⁴⁷ revela a ação conspiratória do “doutor Julinho” – como era conhecido Júlio de Mesquita Filho – desde 1963, para defender a democracia, contra um possível golpe de João Goulart; indica também, que a partir do Ato Institucional nº2, em outubro de 1965, o jornal rompeu com o regime, posição que ficou totalmente consolidada e transparente para os seus leitores em 1968.

No dia seguinte veio o *mea culpa* do jornal, no editorial “Meio século depois”⁴⁸ que intencionalmente reforça o mesmo princípio defendido em 1964: “Ao completarem-se 50 anos do movimento civil-militar(...)”. Nomeado como “movimento” – que não carregaria o mesmo peso de ilegalidade de um “golpe” - ele é compreendido como necessário, pois:

(...) Goulart mobilizou sindicatos e lideranças radicais para impor as reformas de base ‘na lei ou na marra’(...). Assistiu-se então uma mistura explosiva de avanço desses grupos para o controle do Estado e de

desordem na economia e na administração. (...) Leonel Brizola criou unidades paramilitares (...).O quadro se completa com a revolta dos sargentos (...) e com a dos marinheiros (...).⁴⁹

Seguindo essa lógica o movimento militar pode, então, ser justificado pela situação de caos e confronto entre os defensores da ordem e da democracia - mobilizados em torno “da família, de Deus e da liberdade” – e os “outros” orientados conspiradores vermelhos. O texto destaca ademais que João Goulart buscava “Reformas de cunho socialista, embora não tivesse mandato popular para isso (...)”, indicando que, se faltava legitimidade para alguém, seria para o Presidente João Goulart e não para os militares, pois esses foram aplaudidos por “(...) 1 milhão de pessoas no Rio, no dia 2 de abril”.

Na sequência, mantendo o tom de grande parte da imprensa na rememoração do período, o jornal destaca que:

Com base no Ato Institucional baixado pelos militares, o governo do marechal Castelo Branco começou um **bem-sucedido trabalho de saneamento das finanças e reorganização político-administrativo do País**. Na economia e na modernização da administração, o regime obteve inegáveis êxitos.⁵⁰

O texto segue desvelando as mudanças de rumo do movimento militar, motivo pelo qual critica suas decisões e a escalada de violência de seus agentes. Afasta-se, pois, do movimento, a fim de se manter fiel ao seu projeto “original”. Passados 50 anos desses acontecimentos, grande parte da imprensa não fez autocrítica e permanece com o mesmo entendimento sobre aqueles tempos sombrios, ou seja, segundo essa lógica, o golpe militar foi necessário, uma vez que a situação era de caos e o presidente João Goulart além de fraco não possuía legitimidade para governar.

Apesar de não estar entre os objetivos centrais deste trabalho, é importante destacar, ainda assim, que a “memória” sobre o período do

governo João Goulart ficou presa aos eventos de 1964. Os narradores da história midiática agem como se não houvesse um “antes” e um “depois”. Essa reconstrução do passado faz parte de um bem planejado processo de organização seletiva da memória. A esse respeito Ferreira comenta:

Os militares e seus aliados civis, vitoriosos com o Golpe de Estado, passaram a afirmar que tudo antes de 1964 era corrupção, demagogia, caos econômico e subversão da ordem. Quase ao mesmo tempo, as esquerdas revolucionárias interpretaram o apoio dos trabalhadores e do movimento sindical ao presidente como peleguismo, paternalismo, desvio de linha justa, consciências incapazes de perceber seus ‘verdadeiros’ e ‘reais’ interesses. Para completar, finalmente, alguns intelectuais formularam a teoria do populismo. Assim as lutas operárias, camponesas e populares pela justiça social foram desqualificadas.⁵¹

A forma como a imprensa retratou – e continua retratando – os eventos relacionados a 1964 acabou por reforçar essa imagem, de inevitabilidade do “movimento militar” e de sua necessidade histórica. Ressalte-se que a palavra “golpe” raramente apareceu impressa nas páginas desses diários, mesmo agora, em 2014, na rememoração do episódio.

A Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo continuam sustentando, que, a “era do feroz confronto” foi motivada por excessos cometidos pelos dois lados: os militares são, assim, responsabilizados por tornar a tortura uma prática de Estado e a esquerda, por fomentar o radicalismo inconsequente da luta armada. Ou seja, o sequestro da normalidade constitucional praticada pelos usurpadores do poder pode e deve, na visão dos jornais aqui pesquisados, ser equiparado à disposição que os opositores encontraram para resistir. Temos aqui uma maneira bem peculiar de escrever a história que leva o narrador a isentar os “erros” dos agentes do passado, a fim de construir os entendimentos do tempo presente.

Ocorre que as reconstruções do passado, da história e da memória, não estão isentos de novas e perigosas armadilhas.

(...) mais importante que a punição – e mesmo que a reparação – continua a ser a palavra de justiça que estabelece publicamente as responsabilidades de cada um dos protagonistas e designa os lugares respectivos do agressor e da vítima numa relação de justa distância.⁵²

Assim, ao legitimarem as ações do Estado Militar como necessárias para conter os comunistas, o caos, a desordem, a crise econômica, os jornais igualam agressores e vítimas. Defendem, pois, que o que foi feito no passado tinha a nobre missão de assegurar um futuro luminoso para os brasileiros. As batalhas de 1964 continuam sendo travadas em 2014, agora batalhas pela memória, pelo lembrar e pelo esquecer. Convocam-se assim, todos, para um processo de esquecimento do vivido e lembrança do imaginado.

Notas

¹* Professor Doutor no Departamento de História da PUC-SP e Professor da Universidade de Santo Amaro. E-mail: luizhistoria@yahoo.com.br

^{**} Doutor em História Social na UNICAMP. Professor do programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas UNISA. E-mail: canoeiros2008@gmail.com

SANTOS, B. de S. Os direitos humanos na pós-modernidade. **Oficina do CES**, n° 10, Juh. 1989, p.14.

² BEJAMIN, W. **Magia e técnica, Arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo : Brasiliense. 1994, [7ª Ed.] pp. 224-225

³ *ibid.*, pp. 230-231.

⁴ LE GOFF, J.; NORA, P. **História novos problemas**. Rio de Janeiro: Frâncisco Alves Editora, 1995, p. 12.

⁵ KOSELLECK, R. **O Futuro passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio, 2006, p. 42

⁶ RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 424.

⁷ CAPELATO, M. H. **Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 63

⁸ *ibid.*, p. 121

⁹ Mais informações sobre essa temática Cf. KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. Nessa obra, a autora procura demonstrar a existência de um forte “colaboracionismo” por parte da imprensa ao regime militar.

¹⁰ ABRAMO, Z.; MAUÉS, F. (Org.) **Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já**. São Paulo: Editora Fund. Perseu Abramo, 2006, p. 63

¹¹ RICOEUR, P. *op. cit.*, p. 455.

¹² **Folha de S. Paulo**, 02/04/1964, p. 4.

¹³ *ibid.*, grifos nossos.

¹⁴ REZENDE, M. J. de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013. p. 41 [livro eletrônico]

¹⁵ **O Estado de S. Paulo**, 02/04/1964, p. 3.

¹⁶ **Folha de S. Paulo**, 10/04/1964, p. 4.

¹⁷ O artigo 3 do Ato Institucional, possui a seguinte redação: “Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo Único – Os projetos de emenda constitucionais, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo mínimo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta os membros das duas Casas do Congresso”. http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s

¹⁸ **O Estado de S. Paulo**, 16/04/1964

¹⁹ *Idem*, 04/04/1964, p. 3.

²⁰ *Idem*, 05/04/1964, p. 3. Nota da redação informava que o texto já estava pronto antes da informação de que “os governadores integrados na Revolução democrática, reunidos no Rio, decidiram apoiar o nome do general Humberto Castelo Branco como candidato à Presidência da República”.

²¹ **O Estado de S. Paulo**, 10/04/1964. p. 3. Dutra, junto com Kruel, acabou renunciando, deixando o caminho livre para Castelo Branco.

²² **O Estado de S. Paulo**, 16/04/1964, 1ª página.

²³ **O Estado de S. Paulo**, 16/04/1964, p. 3.

²⁴ **Folha de S. Paulo**, 16/04/1964, p. 4.

²⁵ **Folha de S. Paulo**, 24/04/1964, p. 4. Grifos nossos

²⁶ **Folha de S. Paulo**, 18/07/1964, p. 4. Grifos nossos

²⁷MARTINS, A. L.; LUCA, T. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006, p. 97.

²⁸**Folha de S. Paulo**, 14/03/1964, p. 4.

²⁹Obras ligadas às pesquisas de história oral desenvolvidas no CPDOC buscam inventariar a participação dos oficiais mais novos, que aparecem como coadjuvantes no golpe. Entre essas obras podemos destacar: D'ARAUJO, M. C. et al. **Visões do golpe**: A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. D'ARAUJO, M. C. et al. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Em outro pólo de investigação também merece destaque a obra organizada pela Biblioteca do Exército - MOTTA, A. M. (Org.) **31 de março**: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editoria, 2003. Esse é sem dúvida um trabalho de fôlego – composto por 15 volumes com 250 entrevista de militares e civis – deixa, porém, muitas dúvidas quanto ao procedimento metodológico adotado. De qualquer forma, é um documento interessante para refletir sobre alguns aspectos do pensamento desses militares.

³⁰D'ARAUJO, M. C. et al. **Visões do golpe**: A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 205-6.

³¹ibid., p. 206.

³²AQUINO, M. A. de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 40

³³Entrevista de Ruy Mesquita. **Imprensa e História. Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, CEDEC, vol. 1, n° 2, jul./set., 1984, p. 30.

³⁴BASBAUM, L. **História Sincera da República (1961 a 1967)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 148.

³⁵Entrevista de Otávio Frias Filho, diretor da Folha de S. Paulo à época da entrevista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, CEDEC, vol. 1, n° 2, jul./set., 1984, p. 33

³⁶PILAGALLO, O. **História da Imprensa Paulistana**: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 174

³⁷SILVA, C. E. L. da. **Mil Dias**. Os bastidores da revolução de um grande jornal. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988, pp. 27-8.

³⁸PIRAGALLO, O. op.cit., p. 215.

³⁹ibid., p. 236.

⁴⁰RICOEUR, P. op.cit., p. 482.

⁴¹SILVA, J. B. T. Reinventando o Passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 Anos Depois (1964-2014). **Revista Historiar**, vol. 05, n° 09, Ano 2013.2, p. 48.

⁴²**O Globo**, 31/08/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

⁴³**Folha de S. Paulo**, 30/03/2014, p. 2 grifos nossos.

⁴⁴**Folha de S. Paulo**, 31/03/2014, p. 2

⁴⁵idem.

⁴⁶Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/>

⁴⁷ **O Estado de S. Paulo**, 30/03/2014, p. H.12.

⁴⁸ *ibid.*, p. 3.

⁴⁹ *idem.*

⁵⁰ *idem.* Grifos nossos.

⁵¹ FERREIRA, J. **Jango**: Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11

⁵² RICOEUR, P. *op. cit.*, p. 481.

Data de envio: 20/06/2014

Data de aceite: 04/07/2014